

DANILO SANTOS DE MIRANDA

danilo@sescsp.org.br

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, SÃO PAULO, BRASIL

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CULTURAS NO SÉCULO XXI

RESUMO

O reconhecimento da interdependência entre educação e cultura precisa de ser o signo manifesto do novo século, que se desenvolve sob a percepção de uma diversidade real.

Para tanto, ainda é preciso superar a divisão entre erudito e popular, tratados como se fossem antagônicos, e manter esforços para que as conquistas culturais globais se tornem permanentes, como insumos de cooperação entre as sociedades atuais, num entendimento plural, cuidando sempre das manifestações estéticas que são produzidas no presente, pois elas constituem a expressão do humano em toda a sua singularidade e complexidade.

A criação artística, penso, pode ser vista como um exercício permanente de busca da liberdade, que permite reinventar-se sempre enquanto criação, mas que não deve se desligar das lições e relações com o passado.

Para respaldar essas afirmações, a carta de intenções estabelecida para a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc), na década de 1940, serve como exemplo quanto à preocupação em introduzir uma obra educativa ligada ao primado da cultura. E no sentido de lição e relação com o passado, a figura do escritor e poeta modernista Mário de Andrade é apresentada, na clivagem entre cultura erudita e popular e na formulação que o autor defendia de salvaguardar a integralidade humana e de contribuir para o enriquecimento da humanidade a partir do diálogo, da troca e do contato entre as diversas culturas e obras culturais, num contexto internacional, antecipando a ideia de uma rede cultural transnacional.

Dentro desse entendimento, apresento algumas ações do Sesc São Paulo, instituição que dirijo há 32 anos, transitando entre atividades relacionadas a manifestações culturais, entre as quais estão compreendidas: esporte e lazer, teatro, artes visuais, sustentabilidade, música, literatura, dança, segurança alimentar, publicações, entre outras, na perspectiva de sugerir certa imagem representativa de uma rede cultural transnacional, que, tanto na prática quanto simbolicamente, dada a constância habitual de colaborações internacionais, temos realizado e mantido, em alicerce à execução de nossa missão institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; cultura; diversidade; modernismo; cooperação intercultural; Brasil

A oportunidade de participar deste congresso internacional sobre “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: um olhar sobre a realidade lusófona”, por meio do convite de nossos queridos anfitriões desta distinta Universidade do Minho, na bela cidade de Braga, me lança no desejo de refletir sobre alguns temas que compreendem uma realidade que, embora sendo do Brasil, possui uma perspectiva que transcende os nossos limites territoriais.

E falo ainda de uma instituição, o Serviço Social do Comércio – Sesc, do Estado de São Paulo, que dirijo há 32 anos, contados na longevidade de sua existência de 70 anos, cujo aniversário ocorreu em setembro de 2016.

Na extensão desse tempo, são incontáveis as experiências culturais que me fazem olhar para o mundo de modo entusiasmado. Acredito que qualquer ato criador de cultura introduz uma diferença substantiva na forma de compreender e encarar a vida e o próprio ser humano, decodificando sentimentos, sonhos e valores elementares, cuja simples percepção pelos sentidos – um toque, um som, uma imagem, um cheiro, um gosto – tem o dom de inaugurar sonhos e realidades muitas vezes absolutamente inesperados.

Imbuído desse sentimento, quero levar adiante a linha de raciocínio que defendi recentemente ao ser convidado a proferir uma das agradáveis “Library Talks” na Organização das Nações Unidas, em Genebra, sobre o papel da arte e da cultura no mundo contemporâneo.

Na ocasião afirmei a necessidade de superar a divisão entre erudito e popular, terrenos que muitas vezes são tratados como se fossem antagônicos, e evoquei o entendimento de que as conquistas culturais globais advindas das inúmeras pessoas que criam incessantemente cultura, precisam tornar-se permanentes, mantidas como insumos de cooperação das sociedades, num entendimento plural, cuidando sempre das manifestações estéticas que são produzidas no agora. Contudo, não se deve negligenciar a ideia de criação artística na forma de algo que está em permanente busca da liberdade, uma liberdade que se permite reinventar enquanto criação, mas que deve relacionar-se às lições do passado.

Vivemos e criamos cultura dentro de um ciclo denso da temporalidade, ligando passado e presente e construindo o futuro. Penso a cultura,

então, de maneira alargada e profunda, do antropológico ao estético, do material e imaterial ao simbólico. Aquilo que recebemos e aquilo que iremos legar. Certamente, as próximas gerações olharão para nós de modo crítico, como deve ser, e precisamos garantir que os erros, já cometidos pela humanidade, não voltem a nos assombrar. Ao contrário, que os acertos sejam nossos companheiros, pois, como bem disse o poeta francês Charles Baudelaire, “o passado, conservando o sabor do fantasma, recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará presente” (1996, p. 9).

O mundo que defrontamos está em constante mudança, dada pela aceleração temporal sob a hegemonia da “globalização”, regida pelos avanços e problemas no terreno da tecnologia e da comunicação. A globalização, no início dos anos 1990, ainda que tenha sido uma das responsáveis pelo grande altar erigido para o que se convencionou chamar de cultura de massa e para o consumismo descartável, também permitiu uma nova ênfase de abertura para o sincretismo, a transnacionalidade e a mobilidade.

E chegamos a este século XXI, em que essas fronteiras são cada vez mais líquidas, e conceitos como comunicação e verdade se confundem: cultura de massa torna-se amplo objeto de estudos acadêmicos; tecnologia e memória se tornam dependentes; fazendo com que desapareçam as bruscas definições entre fatos e ficções, arte e vida.

Nesse cenário, além de ocorrerem as relações e trocas entre os países e os blocos econômicos, também se constituem e se ampliam as redes transnacionais de conhecimento, ação e cooperação. Redes funcionais cuja importância no campo da cultura é fundamental para esta contemporaneidade multiforme, que se desenha sob a égide da instantaneidade visual e comunicacional.

As redes podem contrapor-se de modo ideal – e friso, ideal – a um tipo de estrutura de dominação hierarquizada, sintomática de um momento histórico de centralização do poder e disputa pela hegemonia (econômica, cultural e política, por exemplo). Vem à mente toda a derivação de influência e efeitos socioculturais do contexto das ditaduras e da Guerra Fria.

Embora esses fantasmas ainda rondem o mundo na disputa entre países e blocos na arena globalizada, nada se constrói de positivo atualmente à revelia de uma preocupação com o processo democrático. E as redes acenam para a descentralização do poder nas tomadas de decisão, em forma de uma diferenciação horizontal – e não mais vertical – relativa à divisão do trabalho intelectual, com riscos e ganhos compartilhados.

Em rede pode-se colher maior solidariedade orgânica entre seus pares e elementos constituintes, com reforço mútuo para enfrentar as

adversidades. Os compromissos estabelecidos, nesse sentido, respondem a uma preocupação funcional, de encaminhamento das ações com foco em objetivos traçados de modo dialógico. Assim os agentes se veem imbuídos de um sentido de responsabilidade partilhada, tanto na esfera técnica das ações quanto na defesa ética do processo de ação e de seus resultados.

Falamos agentes, mas o agitador, o artista, o intelectual ou o gestor que compõe as redes não são mais representantes do que se considerava como “alta cultura”, aqueles seres encastelados numa torre de marfim. Representam comunidades e grupos organizados da sociedade civil, ou são lideranças autocríadas pelo suor do cotidiano. Um novo tipo de *self made man* possível. São, enfim, cidadãos, pertencentes a estratos sociais distintos que falam sobre os seus e a sua realidade – e não de fora.

De um lado, os agentes contribuem com a busca da defesa ou conquista de seus direitos, de outro, trabalham para a transformação social.

Portanto, o que está em questão nas redes, pelo que entendo, é a diferenciação valorativa e real do tipo de ação que é construída conectiva e conjuntamente, em contraposição às mais diversas hegemonias portadoras de arcaísmos desumanizadores.

Esse cenário leva em conta a discussão sobre a diversidade real do nosso mundo, e inclui a defesa da relação indissociável entre educação e cultura, já que as vejo como instâncias primordiais de transformação social.

Para dizer de outro modo: nestes tempos de volatilização do presente em um rápido passado, torna-se cada vez mais necessário o investimento em educação e cultura, e torna-se também necessária a afirmação da diversidade, devido à ênfase atual nas questões políticas e econômicas que substituem a essencialidade das questões sociais e culturais.

A marca de nascença do Serviço Social do Comércio – Sesc – vem dessa essencialidade.

A referência para a ação do Sesc está presente na Carta da Paz Social, criada em janeiro de 1946. Esta carta é um documento-reflexão, que pactua compromissos entre empresários e empregados, e estabelece a missão das entidades das áreas de comércio, serviços e turismo voltadas para o bem-estar de seus respectivos trabalhadores.

Entre os 10 tópicos que compõem o teor da carta, estão presentes temas como a “ampliação da justiça social” e a “elevação do nível de vida da população” e a perspectiva de “uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, que há de resultar em uma obra educativa, por meio da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança”.

A passagem apresenta a implicação complexa de que o sentido da paz e da prosperidade depende de fatores sociais e subjetivos assentados num tipo de fraternidade que se estabelece melhor – ou somente – fora do sentimento de instabilidade socioeconômica.

Não se deve ver aqui um argumento economicista, como se o primado do material dominasse o que é da ordem do imaterial e do simbólico, algo de que se poderia desconfiar numa primeira leitura. Para além, o argumento diz respeito a uma visão de mundo mediada entre as pessoas, ou seja, de pessoas frente a pessoas, de pessoas dependentes de pessoas, que considera as relações humanas em todas as esferas da vida social. Leva em conta, fundamentalmente, a cooperação, a humildade, e até mesmo a esperança e a fé, ao invés de se reduzir a um apelo centrado na mera racionalidade, como se só ela respondesse pelas ações humanas.

Minha leitura sobre a criação do Sesc – e penso isso por causa de minha formação humanística – leva em conta a compreensão de que a necessidade educativa e cultural que responde pela humanização da vida, tanto do trabalhador, em específico, quanto da população como um todo, no século XX, só foi possível depois de um fundamental instrumento, que pôs luz à justiça social do trabalho: a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que, à época, encorajava a organização dos trabalhadores e o financiamento de medidas que favorecessem o acesso da educação à classe operária.

É nessa envergadura que a “obra educativa”, proposta na carta fundante do Sesc, pode ser entendida. E ela é essencialmente um ato cultural, posto que o sentido forte e solidário de “educar” (e penso no educar para o viver e para a liberdade, na linha do grande educador brasileiro Paulo Freire), depende essencialmente de ideais, valores, socialização, relações comunitárias e identitárias, e de vínculos – local, regional ou nacional, mas também internacional.

Um pouco mais à frente no texto da carta, por exemplo, afirma-se a “manutenção da democracia” e o “aperfeiçoamento de suas instituições”. O acento está no valor de buscar, sempre, um alto e crescente estado de dignidade humana, bem-estar social e elevação da qualidade de vida.

Com base nesses ideais, a missão do Sesc se requalifica temporalmente mantendo-se crítica e transformadora, e isso acontece justamente nos momentos em que as demandas sociais insurgem-se contra o que está estabelecido, o *status quo*, na forma de novas curvas de necessidades, desejos e valores para o alcance desses ideais.

Há hoje uma maior percepção de que o mundo é plural e, ao mesmo tempo comum, de que as soluções para inúmeros problemas que nos

atingem coletivamente não são únicas e exclusivas. Ainda mais, as inúmeras maneiras existentes de nos relacionarmos com o tempo e o espaço em específico refletem as inúmeras maneiras que temos de nos relacionar com a vida em geral, atribuindo sentido aos atos que realizamos.

Retornando ao tema da globalização, ela se tornou um conceito-chave de compreensão do mundo e um vocabulário comum, presente na linguagem cotidiana. Muitos aspectos da realidade agora se encontram adjetivados: fala-se em “sociedade global”, “economia global” e “cidades globais” – cuja força motriz está na economia capitalista e no avanço tecnológico. Mas não é tão comum referir-se a uma “cultura global” sem incorrer na ideia – problemática, diga-se de passagem – de homogeneização, quando, pelo contrário, a diversidade cultural é o elemento comum, planetariamente preponderante.

A globalização coloca a ideia de unicidade. Porém, é a existência vívida da diversidade que traz a garantia mínima de unidades sociais portadoras de alguma especificidade, a exemplo das identidades, da ideia de nação e de povo. Mas a diversidade é um conceito que entrou no valor “da moda”. Ela mantém em primeiro plano, no seu uso, a ideia fundamental da necessária valorização do diverso, da alteridade e da relação com o “outro”. É um valor, que, por si só, está presente de modo claro como discurso político e público.

Contudo, há um outro lado, que sai do discurso e vincula-se ao real, referente aos aspectos históricos e estruturais que fazem da diversidade, principalmente no caso brasileiro, ainda um acúmulo de desigualdades, que se expressam não só no âmbito social e econômico.

As desigualdades estão presentes também, de maneira profunda e sensível, no âmbito cultural e simbólico. O mundo ainda é pensado em divisões: norte e sul; ocidente e oriente; países avançados e países periféricos; culturas dominantes e culturas dominadas (ou subalternas); e dentro do campo da cultura, ainda permanece a divisão valorativa entre culturas eruditas e “populares”, alta cultura e cultura de massa, por exemplo.

Essa situação de desigualdade denuncia distinções e clivagens muitas vezes arbitrárias, que se inscrevem na sociedade, na fala e no relacionamento entre as pessoas indicando o modo de inserção social de povos, etnias, minorias e ideias na vida cidadina, na esfera do trabalho e na própria vida cultural.

No Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, as iniciativas de construção de uma identidade brasileira intensificaram-se e ganharam

a arena pública pela junção entre o branco português, as centenas de etnias indígenas e o africano escravizado. Vários autores, de Von Martius a Gilberto Freyre, viram nessa junção um valor ideológico que configurava a civilização brasileira de maneira romantizada, dando origem ao conceito de “democracia cultural” derivado da miscigenação em nosso país, destituído das atrocidades, desigualdades e preconceitos existentes.

Na década de 1930 essa construção foi problematizada; autores como Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. introduziram elementos vinculados à objetividade do modo de colonização e exploração nacional e à subjetividade relacional, a exemplo da ideia de “cordialidade”, herança de certos traços ibéricos. Essa problematização atravessou o século XX e permanece até hoje, uma obsessão pela identidade e pela diversidade que nos conforma, na procura por condensar uma totalidade significativa em termos de nação e cultura brasileiras.

As culturas negra e indígena entram nessa envergadura da diversidade e são valorizadas enquanto tais, por suas características constitutivas de ordenação de modos de vida e concepções de mundo. Entretanto, basta um olhar mais atento para a realidade brasileira e se constata a permanência de preconceitos presentes de modo velado ou explícito, a indicar o “devido lugar” dessas culturas no espaço social e no imaginário cultural. Ainda precisamos de agir [muito] para alterar esse quadro.

Estamos na segunda década do século XXI e a televisão brasileira continua engatinhando na forma pela qual a população negra é representada em novelas e minisséries, por mais que haja um número crescente de negros ocupando posições de visibilidade social. Por sinal, a TV brasileira se constitui como um dos produtos culturais de exportação expressiva para inúmeros países latinos e de língua portuguesa.

O que quero destacar com essa argumentação é que a diversidade existente no Brasil, e no mundo, não se resume a uma característica empiricamente afirmável. Ou seja, não se trata de um mero atributo objetivo, só vinculado a um dado quantitativo ou extensivo – quantas culturas?, quantas etnias?, quantas identidades? –, mas, sim, se trata também de uma realidade subjetiva. A diversidade real se refere a um regime de multiplicidade, diz respeito a um sentido intensivo de entender a realidade na ideia de reconhecer o “outro” que habita em nós.

Para ficar no exemplo brasileiro, lembro o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, dizendo que, no Brasil, somos todos índios, exceto quem

não é; que no Brasil somos todos negros, exceto quem não é¹. Índio, ou negro, ou outro, como somos todos.

Não é um jogo de palavras, mas a necessidade de colocar o que é ser índio e negro de modo valorativo em jogo na constituição efetiva do ser brasileiro – isso sem falar dos espanhóis e italianos, que reconfiguraram a nossa população, embora sejam brancos europeus e não passem pela mesma discriminação que índios e negros. Esse princípio de um regime de multiplicidade pode ser extrapolado para muitos países, cuja diversidade étnica e cultural é manifesta desde as origens, ou que se faz presente por conta das migrações seculares e das imigrações que se intensificaram nas últimas décadas.

Sustentar a ideia de uma diversidade real, de uma multiplicidade coexistente, coloca a importância da centralidade da educação e da cultura como as principais instâncias ativas no processo de socialização e compartilhamento de toda a riqueza possível e existente na multiplicidade transnacional que nos habita.

Cito uma passagem da fala de Eduardo Viveiros de Castro, esclarecedora a esse respeito:

falar em diversidade não é fazer uma constatação, mas um chamado à luta. (...) A bandeira da diversidade real aponta para o futuro, para (...) aquilo que se quer produzir, promover, favorecer. Não é uma questão de preservação de identidades, mas de perseverança na diferença. Não é um problema de tolerância e acomodação passiva, mas um movimento de generosidade ativa, de grandeza de imaginação, e de determinação política. Não uma guerra de identidades em perpétua divisão, mas a paz criativa das diferenças que se multiplicam entre si.

A internacionalização das culturas no século XXI deveria emergir sob o signo da diversidade e da paz criativas das diferenças reais que se multiplicam entre si. As redes de cooperação transnacional, tal qual as imagino, podem e devem contribuir para o compartilhamento e a troca cultural embasadas no princípio da educação permanente, que não se restringe aos espaços formais.

O debate que envolve globalização e diversidade no momento atual, ultrapassando o dado comum de diferenciação existente na esfera

¹ Em outubro de 2008, realizou-se no Sesc Pinheiros o Seminário sobre Diversidade Cultural, ocasião em que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro proferiu uma conferência de encerramento. As partes citadas fazem parte do resumo do texto redigido pelo referido antropólogo para essa conferência.

mercadológica do consumo, remete a pensar o significado que pode ser atribuído ao termo transnacional, entendendo o que é específico e o que é plural e comum relativamente às inúmeras sociedades humanas. O Brasil e a riqueza de sua diversidade real se abrem internacionalmente para relações ideais de construção de um futuro utópico.

Essas relações podem se traduzir, num primeiro momento, em um modo de ser e de existir que vincula a identidade à experiência da alteridade e ao compartilhamento de um imaginário sociocultural transnacional, que almeje o fim das desigualdades e a convivência igualitária e pacífica das culturas. Esse modo de ser e existir configura-se como possibilidade, projeto e processo, que, como tais, solicitam ação política, cuidado ético, e muito estudo e reflexão. Tal cenário é utópico? A utopia é somente aquilo que ainda não se tornou real.

Um nome brasileiro que quero citar no trato da diversidade e da relação com uma cultura de vanguarda, atual a seu tempo e numa ênfase tanto nacional quanto latino-americana e internacional, é o de Mário de Andrade (1893-1945).

Ele foi um importante músico, poeta, escritor, pensador e gestor cultural. Tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, uma das principais figuras a contribuir para a reflexão sobre educação e cultura no Brasil, vistas de modo indissociável. Foi também um dos grandes protagonistas do movimento modernista brasileiro, tendo participado na Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. Sua ambição intelectual, aliada à constante ação produtiva, permitiu que enveredasse por diversas frentes de trabalho, desenvolvendo intervenções de relevo na vida cultural nacional.

Em 1935, Mário teve participação decisiva na criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, que dirigiu de 1935 a 1938. À frente do departamento, foram implementadas diversas ações inovadoras: parques infantis; discoteca e biblioteca públicas; bibliotecas ambulantes, que percorriam os bairros operários; campos de atletismo; piscinas municipais; cinema popular; rádio-escolas; além de iniciativas em forma de pesquisas antropológicas, congressos e cursos, entre outras ações, como a criação entre nós brasileiros das políticas de preservação do patrimônio da cultural material e imaterial, referência para os documentos da ONU e da Unesco sobre o tema.

Estando à frente de um órgão público de cultura, as ações desenvolvidas por Mário de Andrade anteciparam também, em vários anos, os feitos de André Malraux no Ministério da Cultura francês, que é considerado, de modo equivocado, a primeira iniciativa pública com tal envergadura.

Isso, sem mencionar seu livro mais importante, *Macunaíma*, uma rapsódia que brinca com a identidade brasileira, apresentando-a com uma hibridização fenomenal.

O ponto elementar que surge dessa mescla de interesses em que o poeta e escritor transitava, unindo cultura popular e cultura erudita, era justamente a preocupação em ampliar o repertório que poderia compor uma base comum para a construção de uma cultura nacional de vanguarda. Podemos considerar hoje que essa preocupação tinha um acento internacional, como compartilhamento de um imaginário cultural transnacional.

Ele escrevia em 1925 que o Brasil não deveria ficar acomodado com sua realidade e sensibilidade nacional, preso a seu próprio mundo físico; antes, deveria pensar sua função histórica para consigo mesmo, e social para com a humanidade. Dizia que teríamos uma identidade cultural nacional se nos tradicionalizássemos integralmente, e que só seríamos uma nação quando enriquecêssemos a humanidade com um “contingente original e nacional de cultura”. E acrescentava:

abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo = o Brasil para os brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil, para ser civilizado artisticamente, e entrar no concerto das nações que hoje dirigem a civilização da Terra, tem de concorrer para esse concerto com a sua parte pessoal, com o que singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização. (Inojosa, s.d., p. 340)

Nessas duas ideias, importa destacar a preocupação com o nacional para que se pudesse fazer a entrada do Brasil no universo moderno internacional, ou seja, no que ele chamava de “concerto cultural das nações”. As artes de vanguarda, como o expressionismo e o cubismo, não deviam ser copiadas sem mais, quando na verdade a apreensão da técnica deveria expressar melhor a singularidade brasileira, acompanhando portanto o estado da criação cultural de vanguarda naquele momento, e contribuindo com uma face externa característica brasileira.

Este argumento me permite a ideia de que internacionalização das culturas pode ser um contributo para a melhor compreensão do ser humano, universalmente. A cultura brasileira, e sua face externa enquanto expressão artística, a exemplo da música popular e erudita, do samba, do carnaval, do futebol, das artes plásticas, hoje se encontram afirmadas e reconhecidas no cenário internacional. O diálogo ocorre em pé de igualdade e é desta forma que se pode pensar e agir para o que nomeio de internacionalização das culturas.

Muito do que o Sesc fez, faz e continuará a fazer tem raízes nesse manancial de pensamento e ação de Mário de Andrade, não só pela localização temporal na década de 1940. O tempo se encarregou de produzir críticas e releituras do que o poeta produziu, permitindo a reflexão renovada sobre a ênfase educativa e cultural levada a cabo – um espalhamento das centelhas do novo para a contínua construção e problematização da cultura brasileira e das culturas coexistentes, em constante transformação a partir da relação com o estrangeiro, o diferente, o “outro”.

Qual a circunstância mais ampla da união entre educação e cultura? Para mim é o cuidado com a integridade humana, expressada na união de programas e ações que cobrem variadas áreas do conhecimento.

Nos equipamentos do Sesc, nossos 35 centros socioculturais, a diversidade nacional e internacional está presente cotidianamente, na relação de um público bastante heterogêneo com os artistas, educadores e demais profissionais de inúmeras especialidades, como alimentação e sustentabilidade, esportes, turismo, odontologia, seminários e espaços de brincar, constituindo uma plêiade de ambientes que se tornam um *locus* de troca e convivência.

Nesse sentido, o Sesc dedica uma imensa atenção a oferecer um painel de ações da cena nacional e internacional, conjuntamente a inúmeras instituições – além de organismos internacionais, entre eles, consulados e embaixadas – que traga inspiração e instigue a reflexão em suas diversas orientações estéticas e sociais, propiciando a constante tradução e atualização, bem como o cotejamento com o diferente e o inusitado.

Além da participação de nossos profissionais em eventos e reuniões em outros países, cito aqui algumas das muitas atividades realizadas em nossos centros socioculturais, algumas que os senhores puderam acompanhar por meio dessa narrativa visual. São realizações que confluem para a cooperação entre áreas ou formas artísticas, alargando os horizontes.

Realizámos em 2016 a quarta edição do Mirada – Festival Iberoamericano de Artes Cênicas, que ocorreu na cidade de Santos; composto biennialmente, a cada edição um país é homenageado, o primeiro foi Argentina (2010), seguido por México (2012), Chile (2014) e Espanha em 2016. Todas as edições contaram com o profundo empenho de instituições estrangeiras para o apoio de seus respectivos países. O próximo país homenageado será a Colômbia, em 2018.

Outro exemplo é a Mostra Internacional de Teatro de São Paulo, que reúne importantes companhias, encenadores e profissionais de nível internacional, a partir de cuidadosa curadoria e de pesquisa e acompanhamento

de apresentações teatrais ao redor do mundo. Esse é um ponto importante para destacar: os animadores culturais do Sesc, responsáveis pela programação, não só têm a possibilidade de se reciclarem constantemente por meio de sensibilizações ou cursos, como também acompanham festivais artísticos internacionais, de maneira a manterem-se atualizados sobre as principais realizações.

Tivemos a oportunidade de trazer ao Brasil, em 2007, o Théâtre de Soleil, da diretora francesa Ariane Mnouchkine, apresentando *Les Éphémères* e em 2011, o espetáculo *Os Náufragos do Louca Esperança*.

O convite ao americano Bob Wilson, para a criação de uma peça, com atores e referências brasileiras deu origem, em maio de 2016, ao espetáculo “Garrincha”, a partir da trajetória do ídolo brasileiro do futebol, campeão nas Copas do Mundo de 1958 e 1962.

Ainda nessa área, mantemos um Centro de Pesquisa Teatral – CPT no Sesc Consolação, dirigido pelo querido Antunes Filho, o qual é detentor de um método próprio de desenvolvimento de atores. As montagens dos espetáculos “A Falecida Vapt-Vupt” e “Prêt-à-Porter (Coletânea 2)” ocorreram em Portugal, no Teatro Nacional de São João, obras representativas das possibilidades constantes que o teatro guarda.

Em retorno, como confluência de saberes e intercâmbio com a instituição portuguesa, o Teatro Nacional São João, da cidade do Porto, ocorreu em nosso Teatro Paulo Autran, do Sesc Pinheiros, a apresentação do espetáculo “Turismo Infinito”, e também de “Sombras, a nossa tristeza é uma imensa alegria”, do diretor Ricardo Pais. Ainda nas artes cênicas em 2000 realizamos a montagem luso-brasileira “Madame”, texto de Maria Velho da Costa com as atrizes Eunice Muñoz e Eva Wilma, que apresentaram *Eça de Queirós* e Machado de Assis em diferentes perspectivas.

Nas artes visuais, entre tantos memoráveis projetos já realizados cito três importantes mostras internacionais de 2015: “Terra Comunal”, de Marina Abramović no Sesc Pompeia, Aqui África, no Sesc Belenzinho, realizada juntamente com a organização “ART for the World”, idealizada e dirigida pela curadora (e prêmio Leão de Ouro da Bienal de Veneza 2015 pelo Pavilhão da Armênia) Adelina von Fürstenberg, cuja parceria com o Sesc se mantém há cerca de 20 anos, além da maior exposição dedicada ao polonês Tadeusz Kantor fora de seu país, feita por meio de uma exemplar cooperação com o Instituto Adam Mickiewicz, da Polônia, no Sesc Consolação.

Outra referência é o “Frestas – Trienal de Artes”, exposição de grande dimensão, com foco nas artes visuais contemporâneas, que objetiva difundir e descentralizar a produção artística em diálogo local/global. Estamos

preparando a segunda edição para 2017, em nosso centro sociocultural de Sorocaba, no interior do Estado de São Paulo. As obras também são apresentadas em outros espaços da cidade, a partir da parceria com a Prefeitura local. Em sua primeira edição, em 2014, contou com a participação de 65 artistas de diferentes gerações e nacionalidades, permitindo uma ampla discussão acerca de complexidades do mundo contemporâneo, pela perspectiva de artistas de várias regiões do globo.

Na área editorial, podemos citar as Edições Sesc, com publicações e traduções diversas apoiadas por agências internacionais, a exemplo do livro *A Invenção da Política Cultural*, do francês Philippe Urfalino, e da tradução mais recente da obra do pensador e psiquiatra italiano, muito querido ao Sesc, Mauro Maldonato, de título *Na base do farol não há luz*, obra que conta com um capítulo, em forma de comentários, de minha autoria.

Na cena musical, são inúmeros os *shows* e concertos, entre os quais poderia citar Daymé Arocena, Macy Gray, Afrikhanita e Charles Bradley e os portugueses António Zambujo e vossa querida Carmino. Contamos, ainda, com diversas parcerias para a realização do Festival de Música de Câmara, cuja segunda edição acontece entre o fim de novembro e início de dezembro e conta com o apoio de nove organizações internacionais dos Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Áustria, França e Turquia.

Entre a imensidão de ações internacionais realizadas habitualmente em todos os campos de atuação da instituição, mencionamos os congressos e seminários públicos da área física esportiva, tais como o “Congresso Move”, de 2012 e o “VIII Fórum Internacional de Ginástica para Todos”, realizado em outubro de 2016 na cidade de Campinas, ambos pensados e definidos em conjunto com a ISCA, International Sport and Culture Association, da qual também fazemos parte. Os programas Estrelas do Basquete, Estrelas do Futebol e Estrelas do Beisebol fomentam a prática do esporte e a educação para a autonomia com jovens das periferias de São Paulo e litoral. A colaboração com o Consulado Geral dos Estados Unidos já dura há quatro anos.

Cabe citar que em 1998 fomos anfitriões do Congresso Mundial de Lazer, realizado no Sesc Vila Mariana, o qual, 20 anos depois, será novamente realizado em um centro nosso, em 2018, em parceria com a Universidade de São Paulo e a World Leisure Organization.

As riquíssimas trocas ocorrem na área do pensamento contemporâneo, por meio de palestras ou conferências no Sesc, com a presença de pesquisadores, escritores e intelectuais do porte do querido e ilustríssimo José Saramago, dos franceses Edgar Morin e Roger Chartier, da

norte-americana Judith Butler, do cubano Leonardo Padura, do sociólogo Néstor García Canclini e da mexicana Ana Rosas Mantecón, do inglês Paul Heritage e do Prof. José Olímpio Bento da Universidade do Porto, entre tantos e tantos, sustentando a ideia da dimensão do saber ampliado e, sobretudo, compartilhado.

Nossa participação no exterior é também bastante relevante, com representação em conferências internacionais como Best of Both Worlds, na área de meio ambiente, Organização Internacional de Turismo Social, da qual o Sesc é membro, entre tantas outras nas diferentes áreas de atuação institucional.

Na perspectiva de ampliar essas trocas, criámos, em 2012, o Centro de Pesquisa e Formação, com o objetivo de compartilhar o saber fazer do Sesc, em suas inúmeras realizações e programas socioculturais, e também contribuir para a qualificação dos profissionais da área cultural, com o Curso Sesc de Gestão Cultural, atualmente em sua quarta edição, e outros programas de curta duração já realizados em cooperação com o National Arts Strategies (dos Estados Unidos) e o Musée de la Civilisation (do Québec).

Esses são alguns exemplos que penso embasar as ideias que defendo e que separei para compartilhar neste congresso. Uma construção educativa e cultural coletiva, transnacional, em rede, que nos lança para o horizonte, para imaginar e afirmar a imagem da “paz criativa das diferenças que se multiplicam entre si.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudelaire, C. (1996). *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Inojosa, J. (s.d.). *O movimento modernista em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy.
- Serviço Social do Comércio (2012). Carta da Paz Social. Rio de Janeiro: SESC - Departamento Nacional | Assessoria de Divulgação e Promoção. Retirado de <http://bit.ly/2vF1SqN>

Citação:

Miranda, D. S. (2017). A internacionalização das culturas no século XXI. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 9-22). Braga: CECS.